

CONCORRÊNCIA CO SMCG N.º 003/2024

ANEXO IV-B – MATRIZ DE RISCOS

CONCESSÃO COMUM PARA A CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INSTALAÇÃO DE RELÓGIOS ELETRÔNICOS DIGITAIS (RED) DE USO E UTILIDADE PÚBLICA.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

MATRIZ DE RISCO				
	Definição do risco	Descrição	Alocação	Ações para mitigação
1.	Financiamento	Impossibilidade de captação de recursos de terceiros para financiar a execução do CONTRATO	CONCESSIONÁRIA	- Aporte de capital própria da CONCESSIONÁRIA e/ou de seus acionistas para cumprir com as obrigações contratuais assumidas.
		Ausência de recursos da CONCESSIONÁRIA para arcar com obrigações financeiras assumidas perante terceiros	CONCESSIONÁRIA	- Renegociação dos contratos de financiamento celebrados; - Aporte de capital própria da CONCESSIONÁRIA e/ou de seus acionistas para quitação das obrigações assumidas.
		Variação da taxa de juros	CONCESSIONÁRIA	- Adoção de critérios e políticas internos para seleção da instituição financeira e das condições para contratação de financiamentos.
2.	Obtenção e/ou renovação de licenças, permissões e autorizações	Atraso no cronograma contratual e/ou inexecução contratual em decorrência da impossibilidade ou atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações	CONCESSIONÁRIA	- Demonstração prévia da CONCESSIONÁRIA da dificuldade encontrada para apoio do PODER CONCEDENTE; - Agendamento e participação em reuniões agendadas com o órgão ou entidade competente, sempre na presença de responsável técnico capacitado para prestar os esclarecimentos necessários.
		Atraso no cronograma contratual e/ou inexecução contratual em decorrência da impossibilidade ou atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações por culpa ou inércia do PODER PÚBLICO	PODER CONCEDENTE	- Comunicação por escrito enviada pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE acerca da situação verificada com vistas a possibilitar o apoio técnico na resolução da demanda.
3.	Força maior ou caso fortuito	Eventos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, que retardam o prosseguimento e a conclusão dos serviços	COMPARTILHADO	- Comunicação por escrito para a outra parte contratual; - Cada uma das partes deverá assumir proporcionalmente todos os riscos que não forem seguráveis ou que o valor do prêmio for incompatível;

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
 R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

				- Negociação entre as partes, inclusive com a possibilidade de extinção do CONTRATO.
4.	Risco de demanda	Não efetivação da demanda de receitas publicitárias projetada pela CONCESSIONÁRIA ou sua redução a qualquer tempo	CONCESSIONÁRIA	- Renegociação de contratos comerciais e publicitários; - Captação de novos clientes; - Envio de comunicação fundamentada técnica e juridicamente com requerimento visando o acréscimo ou a redução de mobiliários urbanos ao PODER CONCEDENTE.
5.	Mudança nas especificações do OBJETO	Alteração nas especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA por solicitação do PODER CONCEDENTE	PODER CONCEDENTE	- Abertura de procedimento de revisão extraordinária do CONTRATO, caso as alterações impliquem na quebra da equação econômico-financeira da concessão e, comprovadamente, afetem os receitas e despesas da CONCESSIONÁRIA.
		Alteração nas especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA em decorrência de avanços tecnológicos	CONCESSIONÁRIA	- Monitoramento constante da CONCESSIONÁRIA acerca dos avanços tecnológicos passíveis de introdução no OBJETO do CONTRATO; - Planejamento para reinvestimento e troca do mobiliário urbano.
		Alteração nas especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA a critério da CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA	- Planejamento interno da CONCESSIONÁRIA; - Envio de comunicação fundamentada técnica e juridicamente com requerimento visando a alteração das especificações técnicas previstas inicialmente.
6.	Danos a bens vinculados à CONCESSÃO	Roubos, furtos, destruição, depredação e vandalismo nos bens vinculados à CONCESSÃO ou nos ativos da CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA	- Contratação e manutenção em vigor de todos os seguros necessários para a prestação do SERVIÇO.
		Precimento, perda, avarias ou quaisquer outros tipos de danos causados aos bens vinculados à CONCESSÃO	CONCESSIONÁRIA	- Estabelecimento de rotina constante de inspeção e manutenção preventiva e corretiva de todos os bens vinculados à CONCESSÃO;

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
 R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

				- Realização das substituições, renovações e adaptações necessárias aos bens vinculados à CONCESSÃO; - Contratação e manutenção em vigor de todos os seguros necessários para a prestação do SERVIÇO.
		Danos advindos de vício ou defeito nos bens vinculados à CONCESSÃO cuja causa seja de responsabilidade do prestador do CONTRATO VIGENTE	COMPARTILHADO	- Rotina de fiscalização e inspeção de todos os bens durante o PERÍODO DE TRANSIÇÃO; - Elaboração de relatório técnico com o estado de conservação dos bens; - Análise da documentação fornecida pelo operador do CONTRATO VIGENTE; - Agendamento e participação em reuniões técnicas durante o PERÍODO DE TRANSIÇÃO.
7.	Encargos trabalhistas	Inadimplemento, pela CONCESSIONÁRIA, de encargos trabalhistas dos empregados ou terceirizados envolvidos na prestação do SERVIÇO	CONCESSIONÁRIA	- Observância da legislação trabalhista e previdenciária, bem como ao cumprimento dos acordos coletivos eventualmente incidentes às categorias profissionais envolvidas; - Observância das determinações legais e regulamentares quanto à legislação de segurança e medicina do trabalho; - Fornecimento de treinamento e capacitação técnica aos seus empregados, funcionários e prestadores de serviço; - Fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e demais equipamentos necessários para garantir a segurança de seus empregados, funcionários e prestadores de serviço, conforme o caso.
		Ajuizamento de reclamação trabalhista por empregados, funcionários e/ou prestadores de serviços da CONCESSIONÁRIA ou de subcontratados		
		Ocorrência de acidente de trabalho na execução do OBJETO		
8.	Risco regulatório e legislativo	Alteração superveniente na legislação ou na regulação que ocorra após a entrega da	CONCESSIONÁRIA	- Acompanhamento e monitoramento constante das normas e dos padrões éticos de conduta aplicáveis à publicidade e propaganda;

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
 R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

		PROPOSTA ECONÔMICA e afete diretamente as normas e os padrões éticos de conduta aplicáveis à publicidade e propaganda, com ou sem impacto no equilíbrio econômico-financeiro e/ou impacto direto nas receitas ou despesas da CONCESSIONÁRIA		<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão de mecanismos contratuais capazes de promover o encaminhamento necessário conforme o caso; - Adequação da peça publicitária aos novos padrões designados pela legislação ou regulamentação superveniente.
		Alteração superveniente na legislação ou na regulação que ocorra após a entrega da PROPOSTA ECONÔMICA e que comprovadamente altere o equilíbrio econômico-financeiro e possua impacto direto nas receitas ou despesas da CONCESSIONÁRIA	PODER CONCEDENTE	<ul style="list-style-type: none"> - Observância das eventuais alterações normativas durante as revisões extraordinárias do CONTRATO com a finalidade de adequar a relação aos novos parâmetros normativos; - Compatibilização das alterações legislativas na execução do CONTRATO, independentemente da celebração de Termo Aditivo ou de revisão extraordinária; - Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, caso devido.
		Alteração superveniente na legislação ou na regulação que ocorra após a entrega da PROPOSTA ECONÔMICA e que não altere o equilíbrio econômico-financeiro e/ou não possua impacto direto nas receitas ou despesas da CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA	
9.	Alteração tributária	Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais após a entrega da PROPOSTA ECONÔMICA que não tenham repercussão direta nas receitas e despesas da CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> - Observância das eventuais alterações tributárias durante as revisões extraordinárias do CONTRATO com a finalidade de adequar a relação aos novos parâmetros normativos; - Compatibilização das alterações tributárias na execução do CONTRATO, independentemente da celebração de Termo Aditivo ou de revisão extraordinária;
		Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais após a entrega da PROPOSTA	PODER CONCEDENTE	

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
 R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

		ECONÔMICA que tenham repercussão direta nas receitas e despesas da CONCESSIONÁRIA		- Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, caso devido.
10.	Alteração unilateral do CONTRATO	Imposição de modificação superveniente das condições do CONTRATO decorrente de ato do PODER CONCEDENTE que promova novas obrigações ou a alteração unilateral das obrigações originalmente contempladas no CONTRATO, desde que provoque impacto nos custos e encargos da CONCESSIONÁRIA	PODER CONCEDENTE	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento e monitoramento do OBJETO contratual pelo PODER CONCEDENTE e pela ENTIDADE FISCALIZADORA; - Cooperação do PODER CONCEDENTE no desenvolvimento das atividades da CONCESSÃO, especialmente na hipótese de modificação superveniente de suas condições; - Realização de reuniões periódicas de acompanhamento do CONTRATO entre PODER CONCEDENTE, ENTIDADE FISCALIZADORA e CONCESSIONÁRIA.
11.	Interferência na prestação do OBJETO em decorrência de fato relacionado aos contratos decorrentes da Concorrência nº 05/98 (Processo nº 01/002.833/98)	<p>Atraso na emissão da ORDEM DE INÍCIO DA OPERAÇÃO por ação relacionada aos contratos decorrentes da Concorrência nº 05/98 (Processo nº 01/002.833/98)</p> <p>Obstáculo operacional para o início da prestação do SERVIÇO em decorrência de ação relacionada aos contratos decorrentes da Concorrência nº 05/98 (Processo nº 01/002.833/98)</p> <p>Alteração das obrigações especificadas no CONTRATO e/ou no TERMO DE REFERÊNCIA por ação relacionada aos contratos decorrentes da Concorrência nº 05/98 (Processo nº 01/002.833/98) identificada durante o PERÍODO DE TRANSIÇÃO</p>	PODER CONCEDENTE	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção do marco final de encerramento dos contratos decorrentes da Concorrência nº 05/98 (Processo nº 01/002.833/98), mesmo na hipótese de reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro em favor do concessionário; - Promoção de interface operacional entre o antigo prestador e a CONCESSIONÁRIA durante o PERÍODO DE TRANSIÇÃO, inclusive com a participação dos funcionários e prepostos da CONCESSIONÁRIA em treinamentos; - Acompanhamento da vistoria dos bens reversíveis do CONTRATO VIGENTE; - Obtenção de todos os softwares, dispositivos e informações necessários para a execução do SERVIÇO na fase final do CONTRATO VIGENTE.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
 R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

12.	Processos de Responsabilidade Civil	Custos relacionados a indenizações por danos decorrentes de acidentes causados durante a execução dos SERVIÇOS e outras ações de terceiros	CONCESSIONÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de plano interno de mitigação de acidentes; - Contratação e manutenção em vigor de todos os seguros necessários para a prestação do SERVIÇO.
13.	Falência da Concessionária	Risco de interrupção da concessão por decretação da falência da Concessionária	COMPARTILHADO	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento periódico da situação financeira da CONCESSIONÁRIA por parte do PODER CONCEDENTE e da ENTIDADE FISCALIZADORA; - Prestação de informações pela CONCESSIONÁRIA; - Tentativa, por parte da CONCESSIONÁRIA, de renegociação de débitos e obrigações contraídas.
14.	Anulação	Anulação da concessão por falhas de naturezas diversas e insanáveis	COMPARTILHADO	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento constante e minucioso de todas as etapas da contratação; - Observância do devido processo legal para publicação e julgamento da CONCORRÊNCIA, assim como para assinatura do CONTRATO; - Prestar todos os esclarecimentos e informações demandados por órgãos de controle e outras entidades durante todas as etapas do processo por todas as PARTES envolvidas; - Monitoramento rotineiro e periódico das atividades contratuais.
15.	Ações judiciais e medidas administrativas	Ações judiciais e medidas administrativas que impeçam, interrompam, suspendam ou causem extinção do CONCESSÃO, por fato, ação ou omissão, derivado de conduta direta ou indireta da CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> - Observância das normas legais, regulamentares e contratuais em todas as etapas do projeto; - Executar o serviço conforme padrão e requisitos exigidos pelo PODER CONCEDENTE na forma do EDITAL, do CONTRATO e dos ANEXOS.
		Ações judiciais e medidas administrativas que impeçam, interrompam, suspendam ou causem	PODER CONCEDENTE	<ul style="list-style-type: none"> - Observância do devido processo legal para publicação e julgamento da CONCORRÊNCIA, assim como para assinatura do CONTRATO;

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
 R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

		extinção do CONCESSÃO, por evento decorrente dos contratos decorrentes da Concorrência nº 05/98 (Processo nº 01/002.833/98)		- Observância aos termos e condições dos contratos decorrentes da Concorrência nº 05/98 (Processo nº 01/002.833/98) no que diz respeito aos direitos e obrigações do concessionário daquele instrumento.
16.	Intervenção de órgãos de controle.	Ações promovidas pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e outros órgãos de controle decorrentes da atuação da CONCESSIONÁRIA que possam interromper ou obstaculizar a CONCESSÃO	CONCESSIONÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> - Participação em reuniões designadas pelos órgãos de controle, sempre acompanhada de representante técnico capaz de prestar as informações necessárias; - Executar o serviço conforme padrão e requisitos exigidos pelo PODER CONCEDENTE na forma do EDITAL, do CONTRATO e dos ANEXOS; - Resposta tempestiva e satisfatória para todos os questionamentos eventualmente formulados pelos órgãos de controle.
		Ações promovidas pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e outros órgãos de controle decorrentes de fatos anteriores à emissão da ORDEM DE INÍCIO DA OPERAÇÃO que possam interromper ou obstaculizar a Concessão, desde que vinculados à atuação da CONCESSIONÁRIA		
		Ações promovidas pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e outros órgãos de controle decorrentes de fatos anteriores à emissão da ORDEM DE INÍCIO DA OPERAÇÃO que possam interromper ou obstaculizar a Concessão, desde que não vinculados à atuação da CONCESSIONÁRIA	PODER CONCEDENTE	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento e fiscalização do período remanescente dos contratos decorrentes da Concorrência nº 05/98 (Processo nº 01/002.833/98); - Zelar pela efetividade do PERÍODO DE TRANSIÇÃO; - Participação em reuniões designadas pelos órgãos de controle, sempre acompanhado de representante técnico capaz de prestar as informações necessárias.